



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 636911 - SC (2020/0348220-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : MARCELO GONZAGA
ADVOGADO : MARCELO GONZAGA - SC019878
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ANA PAULA SAMBO DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : DIEGO JOSE DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : MAURICIO RODRIGUES LUCIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANA PAULA SAMBO DA SILVA, DIEGO JOSE DA SILVA e MAURICIO RODRIGUES LUCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0004807-32.2017.8.24.0064).

Os pacientes foram condenados às penas de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão pela prática dos delitos de roubo majorado pelo concurso de agentes e em concurso formal.

O impetrante alega a ocorrência de nulidade absoluta, ao argumento de que o TJSC deixou "*de intimar pessoalmente o Defensor Dativo da Sessão de Julgamento do Recurso de Apelação Criminal, assim como do respectivo Acórdão do apelo, violando assim o § 4º do art. 370 do Código de Processo Penal, incluído pela Lei n. 9.271/1996, do art. 5º, § 5º, da Lei n. 1.060/1950 e o art. 128, I, da Lei Complementar n. 80/1994*".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a nulidade absoluta da Sessão de Julgamento da Apelação Criminal n. 0004807-32.2017.8.24.0064, determinando-se novo julgamento.

As informações foram prestadas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que da análise das informações prestadas, em princípio, não se evidencia a nulidade apontada.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência